

ELEMENTOS SOBRE A CIENTIFICIDADE DA HISTÓRIA NO SÉCULO XIX

*Janote Pires Marques
João Wilame Coelho Graça*

Introdução

O século XIX é o século da História. Essa afirmação parece não comportar maiores questionamentos, segundo Manoel Salgado Guimarães (2002). Foi àquele tempo em que o conhecimento do passado tornou-se tarefa de uma disciplina com todas as implicações daí decorrentes, seja a criação de um método de pesquisa, seja um aprendizado, seja a afirmação de um profissional específico – o historiador. Foi, também, no século XIX, que se consolidou a ideia de que a experiência humana poderia ser explicada a partir do próprio movimento da história. Desvelar-se-iam, assim, o sentido e a razão da existência humana, tornando-os eminentemente históricos. Por outro lado, pouco se considera o fato de que este procedimento disciplinar com relação à História resulta de forte disputa pelo monopólio da fala com relação ao passado. Noutros termos, longe de uma natureza, o passado constitui objeto de disputa mobilizando interesses políticos e de conhecimento “numa rede complexa em que, se o saber pode significar poder, é também do lugar do poder que se tecem saberes a respeito dos tempos pretéritos.” (GUIMARÃES, 2002, p. 184).

Ressalte-se que, ao longo do século XIX, efetivou-se um avanço significativo na metodologia dos estudos históricos; a multiplicação dos arquivos públicos; a conquista do status universitário pela História; a consolidação de uma comunidade de historiadores com a criação, por exemplo, de sociedades e institutos históricos. De acordo com José Carlos Reis (2006),

no século XIX, a História se emancipou da Filosofia e aderiu à Ciência. A História científica seria produzida por um historiador imparcial, que se neutralizaria enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto. A História científica (ou metódica, por sua supervalorização do método) deveria se basear em enunciados válidos para todo o tempo e lugar, como faziam as ciências naturais. O historiador deveria evitar hipóteses e julgamentos. “Os fatos fariam por si”. Decorrente dos pressupostos da “História ciência”, intensificou-se a valorização dos documentos oficiais como fontes e da História política como objeto de estudo, posições que dariam margem a críticas ao longo do século XX.

Mas, se o século XIX é conhecido como o século da História, foi também porque nessa época surgiram correntes teóricas que buscaram dar à História caráter de disciplina e de Ciência. Assim, a chamada História científica foi constituída no século XIX e teve várias orientações, como Positivismo, Escola Metódica, Historicismo e Marxismo. O que se constituiu cada uma dessas correntes de pensamento ligadas ao fazer histórico?

Auguste Comte e a Cientificidade da História

O Positivismo, sistema filosófico criado por Auguste Comte (1798-1857), e que pode ser sintetizado em três temas básicos: 1) Lei dos três estados (seria a base de uma espécie de filosofia da História), com as fases teológica, metafísica e positiva. Nesta última fase, Comte defende a ciência como orientadora da vida social e pessoal, pois o conhecimento das leis naturais e sociais tornaria possível, de certa forma, prever o futuro. O desenvolvimento tecnológico (no estado positivo) levaria ao regime industrial (no sentido da exploração da

natureza pelo homem) e à substituição do poder dos juristas pelo dos cientistas e industriais, e à concepção universal da humanidade. 2) Classificação das ciências. Escala que se inicia por aquela cujo objeto é mais simples e determinado (permitindo um maior grau de generalidade) indo até aquela cujo objeto é mais complexo e específico: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. A sociologia permitiria a totalização do saber, relacionando-a à ideia de humanidade. 3) Reforma das Instituições. Liderada pela nova elite científico-industrial. Essa reforma não se daria por meio de uma revolução e sim a partir da reforma intelectual do homem. (BURGUIÈRE, 1993; COMTE, 1988; GARDINER, 1995).

Em geral, entende-se que historiadores positivistas foram aqueles que adotaram como pressupostos a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente objetivo; a construção de uma História universal, comum a toda a humanidade; e a ideia de imparcialidade do historiador, ou seja, do sujeito que produz o conhecimento histórico. Sabe-se, também, que houve fortes críticas de historiadores dos *Annales* à historiografia positivista, tida como tradicional e retrógrada. Entretanto, segundo Guy Bourdè e Hervé Martin (2004) não foram muitos os historiadores realmente positivistas, pelo menos na França. Nesse sentido, dois autores do final do século XIX seriam bons exemplos do positivismo comtiano: Paul Lacombe e Louis Bourdeau. Este último reafirmou os pilares fundamentais do Positivismo: Leis Gerais; metodologia aproximada das Ciências Naturais; neutralidade do historiador; linguagem formal e avessa à narratividade.

A “verdadeira” história positivista foi definida por Louis Bourdeau em *A história e os historiadores: ensaio crítico sobre a história considerada como ciência positiva*. De acordo com Bourdè e Martin (2004), como bom discípulo de Comte, Bourdeau

estabelece que o objetivo da História é encontrar as leis que dirigem o desenvolvimento da espécie humana. Essas leis poderiam ser classificadas em três grupos: 1) leis da ordem, que mostram a semelhança das coisas; 2) leis da relação, que fazem com que as mesmas causas provoquem os mesmos efeitos; 3) lei suprema, que regula o curso da História. Em suma, tratar-se-ia, aqui, de uma filosofia da História, resolutamente determinista, que pretende tanto reconstituir o passado, como prever o futuro.

As Escolas Metódicas Alemã e Francesa

A Escola Metódica ou Científica alemã teve como um de seus principais expoentes o historiador Leopold Von Ranke (1795-1885), para o qual a ciência positiva seria capaz de alcançar a objetividade e conhecer a verdade da História. Segundo José Honório Rodrigues (1978), entretanto, Ranke não apenas discutia com comprovada erudição as fontes históricas, como estabelecia princípios críticos sobre o valor adequado do exame e da interpretação das fontes. “Ele tornou o método, a pesquisa e a investigação das fontes um processo científico.” (RODRIGUES, 1978, p. 53). Em termos gerais, os pressupostos teóricos e metodológicos rankeanos eram: 1) O historiador não é juiz. 2) Neutralidade do historiador. 3) Seria possível apreender a realidade passada. 4) O historiador deveria promover uma crítica (externa e interna) dos documentos. 5) Haveria uma narrativa (descrição) cronológica, ou seja, a tarefa do historiador consistiria em reunir um número suficiente de eventos, apoiados em documentos; a partir desses eventos, o próprio relato histórico se organizaria e se deixaria interpretar. 6) Toda reflexão teórica seria até mesmo prejudicial, porque introduziria um elemento de especula-

ção.7) Haveria uma verdade histórica objetiva. (BOURDÉ e MARTIN, 2004; REIS, 2006; RODRIGUES, 1978).

Quanto à Escola Metódica ou Científica francesa, Guy Bourdé e Hervé Martin chamam a atenção para o fato de que “é um erro que se tenha qualificado e que ainda se qualifique a escola metódica que se impôs na França de 1880 a 1930 como corrente *positivista*.” (BOURDÉ e MARTIN, 2004, p. 142). Segundo esses autores, os partidários da Escola Metódica não se inspiraram no francês Auguste Comte, mas, sim, no alemão Leopold Von Ranke. Imediatamente depois da guerra de 1870-71 (franco-prussiana), muitos jovens historiadores franceses foram completar sua formação superior na Alemanha. Acreditavam que a vitória germânica se explicava pela perfeita organização de suas instituições militares, mas também civis e intelectuais. Em meados do século XIX, as ideias de Ranke questionaram as filosofias da História “especulativas, subjetivas e moralizantes” e defenderam fórmulas “científicas e objetivas (positivas)”, que influenciaram duas ou três gerações de historiadores, primeiro na Alemanha, depois na França (BOURDÉ e MARTIN, 2004).

A História científica alemã contou, na França, com dois “tradutores” principais: a *Révue Historique*, criada em 1876, e os manuais de metodologia de História, dos quais o mais conhecido foi o de autoria de Charles Langlois e de Charles Seignobos – *Introduction aux études historiques*, publicado em 1898. De acordo com o manual de Langlois e Seignobos, a História deveria ser baseada em documentos escritos; e o historiador deveria escrever de maneira correta e elegante ou, noutros termos, o historiador deveria ser também um bom escritor. Grosso modo, o manual citado definia que o método de pesquisa em História seria composto por: 1) Operações analíticas, compostas pelo inventário dos documentos

(heurística); pelo “desaparecimento” do próprio historiador atrás dos textos; e pela crítica externa e interna (hermenêutica) aos documentos. 2) Operações sintéticas, que incluíam comparar documentos; agrupar, relacionar e eleger os fatos; e, por fim, a escrita histórica (BOURDÉ e MARTIN, 2004; REIS, 2006).

Breves Aspectos Sobre a Visão de História em Marx

Muitas vezes, “marxismo”, como modelo de ação política, e “materialismo histórico”, como paradigma historiográfico e um método para a explicação da História, são utilizados como expressões sinônimas. Por outro lado, Karl Marx (1818-1883) não deixou uma obra específica sobre a sua concepção de História, embora haja alguns textos em que essa concepção fique mais evidente. “A história propriamente dita ocupa muito pouco espaço no conjunto da obra de Marx.” (BURGUIÈRE, 1993, p. 520).

Não obstante, a pretensão de Marx é a de conferir cientificidade à história por meio de uma tese fundada, sobretudo, na economia política. Noutros termos, é o chamado materialismo histórico, tese na qual o autor expõe os fundamentos de uma história humana marcada, principalmente, pelos processos econômicos. Para Marx, a economia age como um tipo de motor que propulsiona a sociedade humana. O projeto de Marx é demonstrar que a história não caminha de forma autônoma ou ao bel-prazer das ideias humanas alienadas do fator material (econômico). Para este autor, a cultura humana é alicerçada pelo passo das características econômicas de cada contexto social e histórico.

Marx traça um panorama do desenvolvimento histórico desde as sociedades mais primitivas as quais ele chama

comunismo primitivo; depois escravismo; depois feudalismo e seguido pelo capitalismo. O autor demonstra o caráter e a divisão classista presente em cada um destes sistemas. Em todos eles os bens sociais ficavam concentrados nas mãos da classe dominante. Na ótica de Marx, o deslindar da história humana acaba por ensejar um tipo de sociedade onde a economia possa trazer a distribuição da riqueza produzida na sociedade. A classe operária, dentro do capitalismo, teria o papel de uma classe revolucionária que efetuará a transformação social.

A História como Ciência em Schleiermacher E Dilthey

Se for possível dizer que a tentativa positivista de uma “história ciência” acaba por gerar profunda desconfiança nas gerações seguintes, já com Friedrich Schleiermacher e Wilhelm Dilthey o percurso é diferente. A vertente iniciada por estes dois filósofos, mesmo criticados em parte, ganhou respeito e status por ter alicerçado uma estrada pela qual caminhariam nomes contemporâneos como Ricoeur, Heidegger e Gadamer. Este último, por sinal, reconhece diretamente a influência que sofreu de Dilthey: “eu mesmo procurei oferecer desde o princípio em meus próprios trabalhos a minha contribuição para o direcionamento da pesquisa que Dilthey tinha desencadeado.” (GADAMER, 2007, p. 157).

Com Schleiermacher e Dilthey a história enfrentaria dois problemas que os impediam de galgar o patamar científico: o primeiro, a ausência de um método que lhe conferisse cientificidade e o segundo a falta de legitimidade dentro de um campo de abrangência acadêmica. São estas principalmente as duas questões abordadas por Schleiermacher e Dilthey. Com o primeiro, a história adquire um método e com o se-

gundo, ele ganha um campo de existência que lhe confere legitimidade acadêmica.

Desde Aristóteles, os critérios adotados para atribuir cientificidade a um saber eram: objeto de estudo determinado, método adequado e mínimo rigor terminológico. Neste sentido, a hermenêutica de Schleiermacher vem suprir a carência metodológica necessária para consignar a história enquanto ciência. É importante lembrar que Schleiermacher adentra no estudo histórico tendo por foco primeiro a teologia, portanto a discussão sobre a história em Schleiermacher não se dá com a pura autonomia da discussão histórica. Japiassú e Marcondes ao comentarem a obra de Schleiermacher afirmam que:

Sua principal influência diz respeito à proposta de um método exegético do Novo Testamento, acentuando além dos aspectos filológicos e doutrinários a análise dos elementos históricos, considerando o texto bíblico como parte de uma tradição cultural. Influenciou fortemente o pensamento de Dilthey e é considerado um dos principais precursores da hermenêutica. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 171).

O método criado por Schleiermacher é o “histórico-crítico”. Antes a exegese bíblica era feita sem considerar os critérios históricos, como com Lutero e seu método que considera o princípio retórico do todo e da parte em relação ao todo das escrituras. Já o método católico se fundava principalmente na interpretação efetuada pela autoridade católica, nos concílios e também pelos chamados padres da igreja. O método de Schleiermacher consiste naquilo que ele denomina interpretação técnica e gramatical. A análise gramatical é prévia, verificando e exaurindo os limites formais do texto. Neste nível da interpretação,

o tradutor se esforça para, mediante seu trabalho, suprir ao leitor a compreensão que lhe falte da língua do ori-

ginal. E tenta participar aos leitores a mesma imagem, a mesma impressão que ele próprio [...] teve da obra. (SHLEIERMACHER, 2007, p. 32).

O conteúdo, então, será explorado de forma técnica e é aí que vemos a abordagem histórica. Na interpretação técnica, a primeira fase é a chamada compreensão divinatória, consiste em um tipo de empatia espiritual entre intérprete e autor do texto. Seria um mergulho psicológico na tentativa de aproximação intuitiva para com a vontade subjetiva do autor. É com a compreensão comparativa que vemos a ênfase histórica no pensamento de Schleiermacher.

A compreensão comparativa, segunda espécie de interpretação técnica, diferentemente da interpretação divinatória, que dependeria de uma sensibilidade subjetiva do intérprete, buscaria atingir o sentido intencional do autor no texto através de elementos objetivos. O intérprete procuraria comparar diversos escritos do autor, bem como diversos elementos [...] históricos. (MAGALHÃES FILHO, 2004, p. 34).

O que acontece é que quando Schleiermacher,

considerou a Bíblia como um simples texto de natureza histórico-literária, ele estabeleceu um método que serviria para a interpretação não apenas da Escritura, mas também [...] de todos os textos que possuíssem essa natureza. (MAGALHÃES FILHO, 2004, p. 34).

Foi assim que Schleiermacher,

introduziu o método hermenêutico na História e na Filologia, possibilitando o reconhecimento da cientificidade desses dois ramos do saber humano, o que veio a ser finalmente firmado com a divisão das ciências propostas por Dilthey. (MAGALHÃES FILHO, 2004, p. 34).

É o campo aberto por Shleiermacher que incita Dilthey a fundamentar o campo de cientificidade da História, pois

tendo já um método, faltava agora um campo de existência que lhe afirmasse a legitimidade.

Dilthey: a História como Ciência do Espírito

A ênfase do pensamento científico no século XIX se dava em torno do formato das ciências exatas. A mentalidade cientificista iniciada por Descartes atingia seu ápice naquele século que acreditava fortemente que a ciência fosse resolver todos os problemas da humanidade. Na verdade, o prestígio alcançado pela física foi tão avassalador que transformou mesmo a matemática em um tipo de ciência secundária, ou mero método, frente à suposta precisão científica da física. Diante de tal mentalidade seria necessária uma reformulação profunda em todo o conceitual da filosofia da ciência para que a história obtivesse estatuto de cientificidade.

Foi preciso então que Dilthey efetuassem tal revisão. É preciso enfatizar, portanto, que o feito de Dilthey foi, não somente, no campo da ciência, mas na seara da filosofia da ciência. Este autor mergulhou no próprio significado do termo “Ciência”, e no campo de abrangência deste conceito e é por esta ênfase que,

o tema da filosofia da história na escola histórica alcançou seu ponto mais elevado em Wilhelm Dilthey. Seu status se deve a que reconhece realmente o problema epistemológico que implica a concepção histórica do mundo face ao idealismo. (GADAMER, 2008, p. 295-296).

Dilthey sabia que,

durante muito tempo não se reconheceu a cientificidade da História em face da afirmação aristotélica de que só existia ciência do geral e nunca do particular (fatos históricos). (MAGALHÃES FILHO, 2004, p. 35).

A solução encontrada por ele parte da recepção de parte do conceitual até então utilizado. Ele tomou o leque das ciências empíricas e as chamou de ciências da natureza reputando-lhes a tarefa de empreender uma investigação precisa, pontual ou laboratorial sobre os elementos objetivos tangíveis da natureza material. Se existe esta qualidade de ciência, não existem, entretanto, somente esta. A grande virada em filosofia da ciência ocorre quando Dilthey conceitua para além das ciências naturais, as chamadas ciências do espírito.

Para entender Dilthey, vejamos que o pensamento kantiano estipula os conceitos de Ser e Dever Ser. Dilthey aceita este conceitual transportando-o através da ideia de ciências da natureza e ciências do espírito. Remontando ao ideário de Kant podemos relacionar as ciências do espírito com a ideia de Dever Ser, enquanto as ciências naturais se subsumem ao campo do ser. Ou seja, diferentemente do campo da natureza para as ciências do espírito é a, “filosofia que cria novas disciplinas nas ciências do espírito e as entrega depois às ciências particulares.” (DILTHEY, 1979, p. 155). As ciências naturais se utilizam da explicação para demonstrar os fatos da natureza e as ciências do espírito usam a compreensão. Enquanto as ciências naturais buscam a exatidão, a precisão e a repetição, enquanto elas buscam uma prova material e mesmo laboratorial, às ciências do espírito buscam desnudar aquilo que o espírito humano deixou gravado na história, já que, “os rasgos fundamentais da experiência da vida são a todos comuns.” (DILTHEY, 2013, p. 10).

O método das ciências do espírito consiste na correlação constante das vivências e dos conceitos. Na reprodução dos complexos estruturais individuais e coletivos, encontram o seu cumprimento os conceitos científico-espirituais, como, por outro lado, o próprio reviver

imediatamente é elevado a conhecimento científico por meio das formas gerais do pensamento. Quando coincidem estas duas funções da consciência científico-espiritual, apreendemos o essencial da evolução humana. (DILTHEY, 1979, p. 11).

É deste modo que a História ficou consignada, segundo a definição diltheyana, dentro do grupo das chamadas de ciências do espírito, conceituação que germinou a nomenclatura que chegou até nossos tempos como ciências culturais ou ciências humanas. É, portanto, inegável que, ainda hoje, quando analisamos a disciplina de História em sua dimensão científica somos obrigados a recorrer direta ou indiretamente ao manancial teórico deixado por este autor.

Conclusão

O tema exposto revela uma característica do pensamento ocidental, tal seja a força da ideologia científica que se avolumou na modernidade atingindo seu ápice no século XIX, século abordado neste escrito. Foi, em última análise, a mentalidade científicista, nascida em Descartes, que empurrou a História na busca de uma validação científica que lhe referendasse e lhe conferisse patamar junto aos saberes chamados científicos. Destarte toda a discussão exposta que traça o roteiro desta busca de afirmação no campo das ciências, é preciso perguntar se de fato a história precisa ser uma ciência? Tal pergunta pode, ainda, ser elaborada da seguinte maneira: a busca de validação científica continua sendo o norte que guia a visão da disciplina de História? Em um tempo em que rompe no horizonte a ideia de um novo paradigma de conhecimento que supere a visão científicista, precisamos nos perguntar novamente sobre os critérios de validação da História, assim como dos demais saberes.

Analisamos acima vários autores, mas é preciso mais do que meramente repetir o que disseram Comte, Shcleiermacher ou Dilthey. É necessário que consigamos nos revestir de sua atitude intelectual, sua disposição de espírito, afinal o exemplo destes pensadores nos mostra o esforço de quem tentou discernir sobre as indagações de sua geração. O que eles escreveram, o fizeram para influenciar ao seu tempo e seu contexto. O que afirmaram foi o que lhes pareceu adequado ao seu momento. Isto nos mostra que, como eles, precisamos dar voz ao nosso tempo, pois a ideologia da idade moderna jaz superada.

Se foi o prestígio do saber científico que levou a História para o campo cientificista, então que possamos repensar tais conceitos, pois, hoje, sabemos que todo e qualquer saber, para além da chancela científica, precisa sim da capacidade de coexistir de modo dialógico dentro de um grupo amplo de saberes. Nesse sentido, talvez a grande tarefa da História hoje seja construir sua coerência dialogal e holística com os demais saberes, bem como cumprir seu papel ético e transdisciplinar. Isaac Newton disse em uma carta que se conseguia ver mais longe, era por estar de pé sobre ombros de gigantes. Eis a grande divisa do saber: poder construir-se e reconstruir-se utilizando como esteio tudo aquilo que já foi construído pelos gênios do passado, mas como na máxima aristotélica, sendo mais amigo da verdade que dos próprios amigos.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Las escuelas históricas*. Tradução de Rosina Lajo y Victória Frígola. Madrid: Akal Universitária, 2004.

- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- DILTHEY, Wilhelm. *Essência da filosofia*. Lisboa: Presencial, 1979.
- _____. *Os Tipos de Concepções de mundo*. Disponível em: <www.lusosofia.com> Acesso: 20/10/2013.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GADAMER, Hans-George. *Verdade e Método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. *Hermenêutica em retrospectiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 184-200.
- JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.
- MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. *Hermenêutica e Unidade Axiológica da Constituição*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SHLEIERMACHER, Friedrich. *Dos diferentes métodos de traduzir*. Florianópolis: UFSC, 2007.